



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA

EBSERH – HOSPITAL UNIVERSITÁRIO PROFESSOR POLYDORO ERNANI DE SÃO THIAGO

DIVISÃO DE ENFERMAGEM

Regimento Interno da Comissão de Ética de Enfermagem (CEEn)

CAPÍTULO I

Da natureza e das finalidades

Art. 1º A Comissão de Ética de Enfermagem (CEEn) do Hospital Universitário Professor Polidoro Ernani de São Thiago da Universidade Federal de Santa Catarina (HU/UFSC) foi criada por decisão da Assembleia Geral da Categoria, realizada em 16 de agosto de 1994, atendendo a determinação da Decisão Coren/SC nº 002 de 25 de janeiro de 2006, aprovada pela Plenária do Conselho Regional de Enfermagem de Santa Catarina (Coren/SC), em sua 417ª Reunião Ordinária, de 25 de janeiro de 2006 e homologada pela Decisão Cofen 014, de 21 de fevereiro de 2006. A gestão da CEEn de 2017 a 2021, foi eleita no período de 14 a 21 de junho de 2017, nas dependências do HU/UFSC.

Art. 2º A CEEn é um órgão representativo do Coren/SC nas questões éticas dos profissionais de enfermagem.

Art. 3º A atuação da CEEn limita-se ao exercício ético-legal dos profissionais de enfermagem nas áreas de assistência, ensino, pesquisa e administração.

Art. 4º A CEEn tem como finalidades: a orientação, a conscientização, o assessoramento, a emissão de pareceres e a compilação de fatos relacionados ao exercício ético-profissional da categoria.

Parágrafo único. O julgamento e a atribuição de pena são exclusivos do Plenário do Coren/SC.

Art. 5º A CEEn reger-se-á por este regimento, devidamente aprovado em assembleia da categoria e homologado pela plenária do Coren/SC.

CAPÍTULO II

Dos objetivos

Art. 6º A CEEEn tem os seguintes objetivos:

I - divulgar o Código de Ética dos Profissionais de Enfermagem e as demais normas disciplinares e éticas do exercício profissional;

II - promover e/ou participar de atividade que visem a interpretação do Código de Ética e a sensibilização dos profissionais de Enfermagem em relação ao comportamento ético-profissional;

III - promover e/ou participar de atividade multiprofissionais ligadas à ética;

IV - assessorar e orientar a Divisão de Enfermagem, membros da equipe de Enfermagem, pacientes, familiares e demais interessados, sobre questões éticas e as implicações decorrentes das atitudes não éticas;

V - verificar as condições oferecidas pela instituição para o desenvolvimento profissional da categoria;

VI - averiguar denúncias ou fatos não éticos, fazendo os devidos encaminhamentos.

CAPÍTULO III

Da organização e composição

Art. 7º A CEEEn atende os profissionais da Enfermagem de todas as áreas de trabalho da instituição, no que se refere aos aspectos éticos do exercício da profissão.

Parágrafo único. A observância das normas éticas estende-se aos Atendentes de Enfermagem devidamente autorizados pelo Coren/SC e que exerçam atividades na área de Enfermagem, embora não possam votar ou serem eleitos.

Art. 8º A CEEEn é constituída por Enfermeiro, Técnico de Enfermagem e Auxiliar de Enfermagem, em igual número, observando os seguintes critérios:

I - ter, no mínimo, 03 (três) anos de efetivo exercício profissional;

II - ter, no mínimo, 01 (um) ano de vínculo empregatício com a instituição;

III - estar em pleno gozo dos direitos profissionais;

IV - Não possuir condenação transitada em julgado em processo administrativo e /ou ético nos últimos 05 (cinco) anos.

Art. 9º A CEEEn será constituída por, no mínimo, 01 (um) Enfermeiro, 01 (um) Técnico de Enfermagem e 01 (um) Auxiliar de Enfermagem **efetivos** e seus respectivos **suplentes**.

§ 1º A CEEEn será constituída por, no mínimo, 01 (um) Enfermeiro e 02 (um) Técnicos de Enfermagem **efetivos** e seus respectivos **suplentes**, ou 02 (dois) Enfermeiros e 01 (um) Técnico

de enfermagem **efetivos** e seus respectivos **suplentes**, quando a instituição tiver em seu quadro de pessoal somente estes dois níveis profissionais com vínculo empregatício.

§ 2º A CEEEn será constituída por, no mínimo, 01 (um) Enfermeiro e 02 (dois) Auxiliares de Enfermagem **efetivos** e seus respectivos **suplentes**, ou 02 (dois) Enfermeiros e 01 (um) Auxiliar de Enfermagem **efetivos** e seus respectivos **suplentes**, quando a instituição tiver em seu quadro de pessoal somente estes dois níveis de profissionais com vínculo empregatício.

Art. 10º É incompatível a condição de membro da Comissão de Ética com a de membro Divisão de Enfermagem.

Art. 11º O mandato dos integrantes da CEEEn é de, no máximo, 04 (quatro) anos, sendo permitida a sua reeleição por igual período.

Parágrafo primeiro. A cada eleição poderão permanecer 50% (cinquenta por cento) dos membros.

Art. 12º O afastamento dos integrantes da CEEEn poderá ocorrer por término de mandato, afastamento temporário, desistência ou destituição.

Parágrafo único. Independente do tipo de afastamento, a coordenação da CEEEn comunicará o fato à Comissão de Ética do Coren/SC (CEC).

Art. 13º Entende-se por **término de mandato**, quando os integrantes da Comissão concluírem os 04 (quatro) anos de gestão.

Art. 14º Entende-se por **afastamento temporário** quando o integrante da comissão se afasta por tempo determinado, no máximo, por um período de 04 (quatro) meses, ou quando estiver sendo submetido a processo ético.

Parágrafo único. A solicitação do afastamento temporário deverá ser encaminhada à Coordenação de CEEEn, por escrito, com antecedência de 15 (quinze) dias.

Art. 15º Entende-se por **desistência** a declinação de seu cargo por qualquer um dos integrantes da Comissão.

Parágrafo único. A desistência deverá ser comunicada, por escrito, à coordenação da CEEEn, com antecedência de 30 (trinta) dias.

Art. 16º Entende-se por **destituição** o afastamento definitivo do integrante da CEEEn, que se dará por decisão da Comissão, tomada em Reunião Ordinária, constando o fato na ata.

§ 1º A destituição ocorrerá nos seguintes casos:

- I - ausência em 04 (quatro) reuniões consecutivas;
- II - não estar em pleno gozo de seus direitos profissionais;
- III - ter sido condenado em processo ético, civil ou penal.

§ 2º A destituição implica na perda do direito a nova candidatura para integrar a CEEEn.

Art. 17º A substituição dos integrantes da CEEEn dar-se-á da seguinte maneira:

I - A vacância por término de mandato atenderá os critérios estabelecido no **Art. 8º** deste regimento.

II - Na vacância por afastamento temporário, a substituição será feita pelo respectivo suplente, sendo a suplência preenchida em caráter temporário, se o afastamento ultrapassar 30 (trinta) dias:

- a) pelo próximo candidato mais votado nas últimas eleições, e se não houver;
- b) por escolha dos membros da CEEEn;

III - na vacância por **desistência** ou por **destituição**, a substituição será feita pelo seu respectivo suplente que passará para efetivo, sendo chamado o candidato mais votado do respectivo nível profissional para integrar a Comissão como suplente e concluir o mandato do desistente ou destituído.

Parágrafo único. Não havendo suplente eleito, será realizada nova eleição.

Art. 18º A CEEEn elegerá, entre seus efetivos, um Enfermeiro Coordenador e um Secretário, que terão mandato de 01 (um) ano, podendo ser reconduzidos.

Art. 19º A CEEEn reunir-se-á ordinariamente, no mínimo a cada 30 dias, podendo ocorrer reuniões extraordinárias, convocadas pelo Coordenador, ou por autoconvocação pela maioria simples dos seus integrantes, ou pelo Coren/SC.

§ 1º Na ausência do Coordenador, o Secretário coordenará a reunião, sendo escolhido *ad hoc* um substituto para secretariar.

§ 2º na ausência do Secretário, será escolhido *ad hoc* um substituo para secretariar.

§ 3º serão lavradas em ata todas as reuniões da Comissão, contando a relação dos presentes, as justificativas dos ausentes, o registro das decisões tomadas e os encaminhamentos a serem feitos.

§ 4º O quórum mínimo para as reuniões, verificado até 30 (trinta) minutos após a hora marcada para o início das mesmas, é de maioria simples dos membros efetivos ou de seus suplentes quando na condição de substituto.

§ 5º Na ausência do quórum, a reunião será suspensa, sendo feita nova convocação.

Art. 20º As decisões da CEEEn serão tomadas por maioria simples de seus membros efetivos ou de seus suplentes, quando na condição de substitutos.

§ 1º Os membros efetivos terão direito a voz e voto.

§ 2º Os membros suplentes poderão participar de todas as reuniões com direito a voz e, nos casos em que estiverem substituídos um membro efetivo, terão direito a voto.

§ 3º É indicada a participação dos membros suplentes em todas as reuniões da CEEEn, independentemente de estarem ou não substituindo membros efetivos.

CAPÍTULO IV

Do processo eleitoral

Art. 21º A convocação da eleição será realizada pela Divisão de Enfermagem, em edital interno com, no mínimo, 45 (quarenta e cinco) dias antes da data da realização do pleito eleitoral.

Parágrafo único. a chefia da Divisão de Enfermagem deverá encaminhas cópia do edital de convocação da eleição ao Coren/SC, no mesmo dia em que for publicado na entidade, juntamente com a relação dos enfermeiros, técnicos em enfermagem e auxiliares de enfermagem com vínculo empregatício na instituição, acompanhados de seus respectivos números de inscrição no Coren/SC.

Art. 22º A chefia de Divisão de Enfermagem designará uma Comissão Eleitoral para conduzir todos os trabalhos de divulgação, organização, realização do pleito, apuração e divulgação dos resultados.

§ 1º É incompatível a condição de membro da Comissão Eleitoral com a de candidato.

§ 2º A Comissão Eleitoral elegerá um Presidente e um Secretário entre seus membros.

Art. 23º O material necessário para o desenvolvimento dos trabalhos eleitorais será solicitado pela Comissão Eleitoral à Divisão de enfermagem da instituição.

Art. 24º A escolha dos membros da CEEn será feita através da eleição direta e secreta, sendo os candidatos eleitos pelos seus pares por voto facultativo.

Art. 25º Somente poderão votar os profissionais regularmente inscritos no Coren/SC e com vínculo empregatício com a instituição.

Art. 26º O Coren/SC fornecerá à Comissão Eleitoral a relação dos profissionais de Enfermagem da instituição que estiverem devidamente inscritos e em condições de votar e serem votados.

Art. 27º Os profissionais de enfermagem deverão candidatar-se individualmente, **sem formação de chapas**, inscrevendo-se junto à Comissão Eleitoral, até 10 (dez) dias antes do pleito, apresentando um fiscal, se assim desejarem.

Art. 28º O local para a realização do pleito será definido pela Comissão Eleitoral, de comum acordo com a Divisão de Enfermagem.

Art. 29º A eleição deverá ser realizada durante o horário de trabalho, respeitando os diferentes turnos.

Art. 30º A eleição somente terá legitimidade se o número de votantes for, no mínimo, a metade mais 01 (um), por nível profissional e com vínculo empregatício com a instituição.

Parágrafo único. Quando o número de votantes for inferior ou igual ao número de não votantes, deverá ocorrer um novo pleito no respectivo nível profissional.

Art. 31º A apuração dos votos será realizada pela Comissão Eleitoral, na presença dos fiscais, se houverem, ou de outros interessados, imediatamente após o encerramento do pleito.

Art. 32º Somente serão computadas as cédulas sem rasuras e os votos que não apresentam dúvida ou dupla interpretação.

Art. 33º Serão considerados eleitos, como membro efetivos, os candidatos que obtiverem o maior número de votos, por nível profissional, seguido se seus membros suplentes na mesma ordem decrescente.

Parágrafo único. Em caso de empate, assumirá o candidato eleito que tiver maior tempo de contrato de trabalho com a instituição.

Art. 34º Os candidatos que receberam votos, mas não foram eleitos como membros efetivos ou suplentes deverão ser, também, relacionados por nível profissional na ata da eleição e contar na lista dos resultados das eleições e ser encaminhada ao Coren/SC

Parágrafo único. Os candidatos indicados ao *caput* deste artigo assumirão o mandato em caso de afastamento temporário, desistência ou destituição, segundo conta no **Art. 16**, incisos I, II e III.

Art. 35º Todas as ocorrências referentes ao processo eleitoral serão registradas em ata, assinada pelo Presidente, pelo Secretário, pelos demais membros da Comissão Eleitoral e, pelos fiscais, se houver.

Parágrafo único. O Presidente da Comissão eleitoral encaminhará os resultados das eleições com a respectiva ata à Divisão de Enfermagem, imediatamente após o término da apuração.

Art. 36º A Divisão de Enfermagem proclamará os resultados das eleições através de edital interno, no primeiro dia útil após o seu recebimento.

Art. 37º Os recursos relativos ao pleito somente serão recebidos pela Comissão Eleitoral se entregues, por escrito, até 48 (quarenta e oito) horas após a publicação dos resultados pela Divisão de Enfermagem.

§ 1º O recurso será julgado pela Comissão Eleitoral no prazo máximo de 05 (cinco) dias.

§ 2º Caso necessário, o recurso terá como instância a Comissão de Ética do Coren/SC.

Art. 38º A Divisão de Enfermagem, no prazo de 15 (quinze) dias a contar da data do pleito, encaminhará, ao Coren/SC, a lista nominal de todos os votados.

Parágrafo único. A listagem deverá informar:

I - o nome dos membros efetivos, seu nível profissional e o número de inscrição no Coren/SC;

II - o nome dos membros suplentes, seu nível profissional e o número de inscrição no Coren/SC

III - o nome dos profissionais que receberam votos, seu nível profissional e o número de inscrição no Coren/SC, que não farão parte no primeiro momento da CEEEn, mas que poderão ser convocados em caso de afastamento temporário, vacância por desistência ou por destituição de membros empossados.

Art. 39º Somente após a homologação pelo Pleito do Coren/SC e a nomeação por Portaria emitida pelo seu Presidente, a CEEEn estará oficialmente autorizada para iniciar as atividades definidas neste regimento.

CAPÍTULO V

Das competências

Art. 40º A CEEEn tem as seguintes competências:

I - Divulgar os objetivos da CEEEn;

II - Divulgar o Código de Ética dos Profissionais de Enfermagem e as demais normas disciplinares e éticas do exercício profissional.

III - Promover e/ou participar de reuniões, seminários ou atividades similares, que visem a interpretação do Código de ética dos Profissionais de Enfermagem;

IV - Assessorar a Divisão de Enfermagem da entidade nas questões éticas;

V - Orientar a equipe de Enfermagem sobre o comportamento ético-profissional sobre as implicações decorrentes de atitudes não éticas;

VI - Orientar clientes, familiares e demais interessados sobre questões éticas relativas ao exercício profissional da Enfermagem;

VII - Promover e/ou participar de atividades multiprofissionais referentes à ética;

VIII - Apreçar e emitir parecer sobre as questões éticas referentes à Enfermagem;

IX - Zelar pelo exercício ético dos profissionais de Enfermagem;

X - Averiguar:

a) O exercício ético dos profissionais de Enfermagem;

b) As condições oferecidas pela entidade e sua compatibilidade com o desenvolvimento ético-profissional;

c) A quantidade de atendimento dispensada à clientela pelos profissionais de Enfermagem;

XI - Averiguar denúncias, ou atitudes não éticas praticadas por profissionais de Enfermagem;

XII - Comunicar, por escrito, ao Coren/SC as irregularidades ou infrações éticas detectadas;

XIII - Encaminhar anualmente ao Coren/SC e à Divisão de Enfermagem, o planejamento das atividades a serem desenvolvidas e o relatório das atividades do ano anterior até o dia 01 (um) de março de cada ano;

XIV - Solicitar assessoramento da Comissão de Ética do Coren/SC em caso de necessidade;

XV - Cumprir e fazer cumprir as disposições deste regimento e da Decisão do Coren/SC nº 002 de 25 de janeiro de 2006.

Art. 41º Compete ao Coordenador da CEEn:

I - Convocar e presidir as reuniões da CEEn;

II - Propor a pauta da reunião da CEEn;

III - Propor a redação de documentos que serão discutidos e submetidos à aprovação;

IV - Representar a CEEn junto à Divisão de Enfermagem da instituição;

V - Representar ou indicar representantes, onde se fizer necessária a presença ou a participação da CEEn;

VI - Encaminhar as decisões da CEEn, segundo a indicação;

VII - Elaborar, juntamente com os demais membros da CEEn, o planejamento e o relatório anual, garantindo o envio de uma cópia, até o dia 01 (um) de março de cada ano, à Divisão de Enfermagem e à Comissão de Ética do Coren/SC (CEC);

VIII - Representar o Coren/SC em eventos segundo a solicitação;

IX - Cumprir e fazer cumprir as disposições deste regimento e as demais normas referentes ao exercício ético-profissional.

Art. 42º Compete ao Secretário da CEEn:

I - Secretariar as reuniões da CEEn, redigindo atas e documentos;

II - Providenciar a reprodução de documentos;

III - Encaminhar o expediente da CEEn;

IV - Arquivar uma cópia de todos os documentos;

V - Elaborar, juntamente com os demais membros da CEEn, o planejamento e o relatório anual.

VI - Presidir as reuniões nos impedimentos do Coordenador;

VII - Representar a CEEn nos impedimentos do Coordenador;

VIII - Cumprir e fazer cumprir as disposições deste regimento e as demais normas referentes ao exercício ético profissional.

Art. 43º Compete aos membros efetivos da CEEn:

I - Comparecer e participar das reuniões da CEEn;

II - Emitir parecer sobre as questões propostas;

III - Participar de reuniões ou programações relacionadas à ética, promovidas pela CEEn ou por outras entidades;

IV - Representar a CEEn quando solicitado pelo Coordenador;

V - Participar, através do voto, nas decisões a serem tomadas pela CEEn;

VI - Garantir a presença do suplente quando impedido de comparecer à reunião;

VII - Participar da elaboração do planejamento e relatório anual;

VIII - Cumprir e fazer cumprir as disposições deste regimento e as demais normas referentes ao exercício ético profissional.

Art. 44º Compete aos membros suplentes da CEEn:

I - Substituir os respectivos membros efetivos nos seus impedimentos;

II - Participar das reuniões da CEEn;

III - Participar das atividades promovidas pela CEEn;

IV - Cumprir e fazer cumprir as disposições deste regimento e as demais normas referentes ao exercício ético-profissional.

CAPÍTULO VI

Das disposições gerais

Art. 45º Este regimento poderá ser alterado por proposta da CEEn, da Divisão de Enfermagem ou da Comissão de Ética do Coren/SC (CEC).

Parágrafo único. A alteração será submetida à aprovação da assembleia da categoria da instituição e à homologação da plenária do Coren/SC.

Art. 46º A Divisão de Enfermagem da instituição, garantirá as condições necessárias para o desenvolvimento das atividades da CEEn.

Art. 47º Os casos omissos serão discutidos pela Plenária do Coren/SC.

Art. 48º Este modelo de regimento interno entrou em vigor na data da publicação da Decisão Coren/SC nº 002 de 25 de janeiro de 2006.

Florianópolis 07 de março de 2013.

1º Revisão em: 02 de fevereiro de 2018

2ª Revisão em: 07 de janeiro de 2021

Comissão Gestão 2017 - 2021

Membros Efetivos:

Mariana Carneiro de Oliveira, Coren/SC 160.911 ENF

Graciele Trentin, Coren/SC 157.132 ENF

Ilsonir Sebastião da Silva, Coren/SC 045.402 TE

Ana Beatriz da Silva, Coren/SC 371.734 TE

Adelino da Silva, Coren/SC 105.639 AE

Membros Suplentes:

Luzita Henckemaier, Coren/SC 058.210 ENF

Jaqueline Elisabete Vieira Carioni, Coren/SC 053.364 TE

Rafaela Serpa, Coren/SC 296.537 TE